

Armando Malheiro da Silva

# A Informação

**Da compreensão do fenómeno e  
construção do objecto científico**

Edições  
Afrontamento

**Ciência da Informação** – definição surgida nas conferências do *Georgia Institute, of Thecnology*, EUA, realizadas em Outubro de 1961 e Abril de 1962, retomada e republicada por Harold Borko em 1968, continua válida e com forte cariz programático: *É a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação.* Embora válida e actual, pode e deve ser melhorada e liberta de algumas contradições, como a aceitação sem crítica da natureza interdisciplinar *derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares* ou como o postulado de *uma componente de ciência pura; que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos.* A assunção de uma natureza interdisciplinar contradiz a necessidade patente, no início da definição, de dar contornos específicos e claros ao objecto específico de estudo. Defendemos, por isso, que **a Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais** (*origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação*). Ela é trans e interdisciplinar, o que significa estar dotada de um corpo teórico-metodológico próprio construído, dentro do paradigma emergente pós-custodial, informacional e científico, pelo contributo e simbiose da Arquivística, da Biblioteconomia/Documentação, dos Sistemas de Informação e Organização e Métodos. A Museologia (renovada e não patrimonialista) poderá vir a integrar este núcleo. Tende a intervir fecunda e activamente no seio da interdisciplina Ciências da Comunicação. E desenvolve, por força da natureza transversal do seu objecto científico (a Informação) à condição e vida humanas, um amplo arco de interdisciplinaridade que privilegia as Ciências Sociais e Humanas (História, Sociologia, Antropologia, a Psicologia Cognitiva e Social, as Ciências da Educação, etc.), mas inclui também a Matemática e algumas Ciências Naturais. Tem como dispositivo metodológico geral o Método Quadripolar e o seu campo de estudo e intervenção compreende três áreas interligadas a ponto de se interpenetrarem: a Gestão da Informação, a Organização e Representação da Informação e o Comportamento Informacional. Em cada uma delas ou nas suas diversas intersecções desenvolvem-se os ramos aplicacionais quer envolvendo os constructos convencionais (Arquivo, Biblioteca, Centro de Documentação), quer a implementação e desenvolvimento de sistemas informáticos (sistemas tecnológicos de informação) na óptica dos utilizadores/clientes em contextos orgânicos, subsumidos na teoria sistémica pelo conceito de Sistema de Informação.

**Ciências da Comunicação** – O seu núcleo central não é consensual, mas é compreensível que nele entrem disciplinas científicas que edificam o seu objecto a partir, entre outros, do fenómeno info-comunicacional, com ênfase para esta segunda vertente. E entre elas destacam-se a Sociologia, a Semiótica, a Ciência da Informação, a Psicologia, a Inteligência Artificial e Multimédia. A convergência específica destas ciências e disciplinas aplicadas da

Informática tende a constituir uma interdisciplinar interessante do ponto de vista epistemológico se tivermos em conta o *programa de trabalho para as ciências da informação e da comunicação* gizado por Bernard Miège (MIEGE, 2000: 123-125)

**Ciências Documentais** – Expressão introduzida e vulgarizada em Portugal no início dos anos oitenta do séc. XX para atender, consensualmente e sem ferir susceptibilidades académicas, a hegemonia da História e o concurso de antigas disciplinas auxiliares, como a Paleografia, a Diplomática, a Sigilografia, a Numismática e a Epigrafia, desejosas, também, de efectiva autonomização. A Biblioteconomia e a Arquivística entravam, assim, nesse rol em alegada paridade com as demais. A expressão serviu de rótulo a uma formação especializada que habilitava o exercício da profissão de arquivista, bibliotecário e documentalista a quem já possuísse uma licenciatura em qualquer domínio. Este modelo de formação está em crise e ameaçado pela entrada em vigor do Acordo de Bolonha, uniformizador do Ensino Superior na União Europeia.

**Era da Informação** – Expressão contida no título da obra em três volumes do sociólogo Manuel Castells (editada em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian 2002-2003). Tendo em conta a conotação do primeiro termo com a longa duração é legítimo considerá-la uma nova época, que se segue à Contemporânea ou à Modernidade (sécs. XVIII-XX). É possível associá-la à Pós-Modernidade, mas sabemos não existir consenso entre filósofos, sociólogos, politólogos e historiadores sobretudo em tomo deste conceito. Teve início numa revolução de matriz tecnológica (meados do séc. XX), com um acelerado e generalizado impacto na vida e sociedade humanas, e poderá estender-se por mais de um século. Esta durabilidade multissecular confere-lhe densidade e complexidade estruturais, englobando várias conjunturas.

Ver: Sociedade Pós-Industrial, da Informação, em Rede, *Bit* ou do Conhecimento.

**Gestão de Informação** – À guisa de sinopse geral de teor consensualizado, significa lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a génese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um conjunto diversificado de actividades, a saber: produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da informação. E cada uma delas encerra problemáticas específicas que são ou podem e até devem ser estudadas cientificamente pelos actuais profissionais da informação encarregues, na prática quotidiana, de agilizar o fluxo e a intensificação do uso da informação (SILVA, 2005: 95). Em Ciência da Informação, a componente científica ganha um relevo considerável e a Gestão da Informação converte-se numa das três áreas de estudo que se prolongam nos ramos disciplinares de aplicação teórico-prática, como o arquivístico. Ao tomar-se área de estudo dá-se o seu natural cruzamento ou interação com as outras áreas que intervêm conjuntamente: no que respeita ao tratamento com a Organização e Representação da Informação e no que respeita ao uso com o Comportamento Informacional. A vasta e complexa problemática ligada à produção da informação (do meio ambiente à estrutura produtora, a operacionalização e utilidade da memória orgânica, os actores, os objectivos, as estratégias e os ajustamentos à mudança) em contexto orgânico institucional e informal constitui o núcleo duro da Gestão de Informação propriamente dita.

Ver: Ciência da Informação e Sistema de Informação.

**Gestão do Conhecimento** – Não se trata de uma definição fácil, mas ainda assim há autores que se têm lançado nessa empresa e sugerem, por exemplo, ser a capacidade de uma

organização para gerar valor, baseando-se nas pessoas e numa gestão eficaz do capital intelectual. Assim sendo, a gestão do conhecimento incluiria todas as actividades e processos orientados a buscar e a descobrir o conhecimento existente numa organização sistematicamente e a organizá-lo para ser posto à disposição de toda a organização, através das TIC e especialmente da Internet e na sua versão privada, ou seja, nas intranets corporativas (PINTO MOLINA; GÓMEZ CAMARERO, 2004: 115). Outros consideram que gerir conhecimento é utilizar e desenvolver a compreensão que uma empresa tem dos relacionamentos, de modo a obter benefícios directos, seja poupando nos custos, gerando eficiências em processos, tirando partido das potencialidades do mercado ou mesmo desenvolvendo aquela inovação extraordinária que vai deitar por terra a concorrência (KLUGE, STEIN; LICHT, 2002: 181). Esta acepção provém claramente das Ciências e Técnicas de Gestão em cujo vocabulário abundante e generalizado, através dos *media*, não faltam nuances apelativas, embora nada profundas e pouco credíveis, como a artificialmente estabelecida entre informação e conhecimento. Em Ciência da Informação interessam as práticas e as técnicas desenvolvidas como sendo de gestão de conhecimento que, afinal, são pura e simplesmente práticas e técnicas de gestão, de organização e de uso da informação numa entidade mais ou menos complexa.

Ver: Ciência da Informação e Organização e Representação da Informação.

**Informação** – No âmbito da Ciência da Informação trans e interdisciplinar que propomos e defendemos tem uma dupla funcionalidade semântica. Refere um fenómeno humano e social que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interacção dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar). E identifica um objecto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interacção social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada. Um objecto científico assim concebido demarca-se claramente da tendência que se foi generalizando, a partir de meados de novecentos, de espalhar o conceito desde a imprensa à biologia e das definições que se multiplicaram sob a égide da teoria matemática da transmissão de sinais, genérica e abusivamente conhecida por teoria da informação, de Shannon e Weaver, não obstante todo um esforço feito para aplicá-la com proveito no campo das Ciências Sociais e mais especificamente nas Ciências da Comunicação. Mas, como advertiu, implicitamente, Anthony Wilden a dimensão simbólica e humana do conceito Informação não é redutível à dimensão física e quantitativa, à qual se refere a teoria de Shannon. Relacionar a existência de informação com a redução da incerteza não permite captar a complexidade introduzida pelas ambiguidades do sentido e da interpretação que estão no âmago do fenómeno info-comunicacional.

Ver: Ciência da Informação.

**Organização e Representação da Informação** – Em Ciência da Informação é uma área que engloba a teoria e a prática relacionada com a metainformação, ou seja, todos os elementos que identificam e permitem o acesso a uma unidade informacional específica. Trata-se, em suma, da extensão da informação como meio de possibilitar a comunicação e o uso. Resumir, catalogar, inventariar, classificar, indexar, elaborar bibliografias e índices (do cronológico ao ideográfico, passando pelo antroponímico, pelo toponímico ou geográfico, etc.) são modos e correspondem a técnicas de representação da informação (dos conteúdos), seja ela de que tipo for (não se justificando diferenças substanciais entre a que vai parar a um Arquivo ou a que é guardada e disponibilizada numa Biblioteca) que têm de ser sujeitas a estudo e monitoramento, ligando-se estreitamente, por este ponto, ao

Comportamento Informacional, outra das três áreas constitutivas do campo da Ciência da Informação. Mas, também, se liga à Gestão da Informação, porque a produção/recepção do fluxo informacional dentro de um determinado contexto orgânico condicionado por um Meio ambiente específico implica a elaboração de dispositivos metainformacionais. As áreas se articulam e interpenetram naturalmente.

Ver: Ciência da Informação, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento.

**Paradigma** – O físico norte-americano Thomas Khun ressignificou o termo no âmbito da História, da Sociologia da Ciência e da Epistemologia, e contribuiu para a sua surpreendente generalização nas últimas três décadas. No entanto, todo o uso excessivo pode provocar usura e apropriações várias mais ou menos afastadas do(s), sentido(s) original(ais). Aplicado às condições de produção das Ciências Sociais paradigma pode consistir genericamente num modo de ver/pensar e de agir comum a uma ampla maioria de cientistas (dentro do seu campo disciplinar específico) de diferentes línguas e nacionalidades distribuídos por mais que uma geração. Esta homogeneidade é compatível com a coexistência de diferentes formulações teóricas e «escolas» desde que não ponham em causa ou em perigo o esquema geral de ver/pensar de agir (paradigma) reproduzido pelo ensino superior universitário e politécnico pelas sociedades científicas.

**Paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista** – Aplica-se o conceito de Khun, com uma assumida adaptação à Ciência da Informação, inscrita no campo das Ciências Sociais, para que se possa abarcar e compreender o modo de ver, de perspectivar os documentos e seus conteúdos (informação), construído por décadas de formação de matriz historicista e técnico-profissional. Este paradigma identifica com a Modernidade, pois nasce nela, sob a égide do desenvolvimento e da consagração da História, das instituições memorialísticas e custodiadoras geradas pelo Estado-Nação e incorporadas mais tarde (depois da II Guerra Mundial) no Estado Cultural tais como os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus e do pendor técnico/tecnicista o procedimental, apurado ao longo do séc. XX, dos profissionais criados por esse tipo de instituições ou serviços. Caracteriza-se por vários traços fortes que não cabe, aqui desenvolver, mas que é possível resumir deste modo: primado da História como fonte legitimadora e matriz modeladora (formadora); necessidade custodial extrema tanto para alimentar o discurso historiográfico e ideológico de preservação/exaltação da identidade cultural/nacional, como para sustentar o mercado dos bens materiais antigos e raros e dos objectos de Arte (antiquários alfarrabistas, galeristas); e operacionalização do acesso (controlado) e das condições de custódia através de um corpo de normas e de procedimentos (dimensão técnica), muito empíricos (baseados no senso comum), vários anacrónicos (em face às sucessivas alterações tecnológicas e outras) e alguns científicos (procedentes, sobretudo área do restauro e conservação por intermédio da Química, da Física, da Biologia etc.).

**Paradigma pós-custodial, informacional e científico** – É emergente porque está a surgir no dealbar, em curso, da Era da Informação e nos meandros de uma conjuntura de transição bastante híbrida, complexa e sujeita a um ritmo de inovação tecnológica e científica quase vertiginoso (a Sociedade da informação, em rede etc.), A Ciência da Informação trans e interdisciplinar, que defendemos, só é possível no seio de modo de ver, de perspectivar distinto do modelado pelo paradigma anterior, em que a preocupação pela custódia e a «ritualização» do documento é secundarizada pelo estudo científico e pela intervenção teórico-prática na produção, no fluxo, na difusão e no acesso (comunicação) da informação (representações mentais e emocionais que podem estar em diversos suportes e em mutação constante).

**Propriedades (da Informação)** – Postuladas vagamente na definição de Ciência da Informação das conferências do *Georgia Institute of Technology* (1961-1962) e retomada depois por Harold Borko (1968), foram concretizadas por Yves Le Coadic (1996: 26-27), de modo diferente do proposto por SILVA e RIBEIRO (2002: 42), a saber: *integração dinâmica* – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção; *pregnância* - enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação; *quantificação* - a codificação linguística, numérica ou figurativa é valorável ou mensurável quantitativamente; *reprodutividade* - a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e *transmissibilidade* - a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Ver: Ciência da Informação e Informação.

**Sistema** – Conceito consagrado por Ludwig von Bertalanffy, em 1968 (BERTALANFFY, 1993), e que tem tido um uso extraordinariamente intenso e extensivo às mais diversas ciências, tecnologias e domínios da actividade humana e social. Piero Mella, num estudo sinóptico que dedicou ao conceito e ao pensamento sistémico, considera essencial que, para definirmos operatoriamente o sistema, devamos entender a estrutura como um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos relacionados entre si e de tal forma que: (a) apresente características próprias; (b) o estado de cada elemento dependa pelo menos de um outro e acabe condicionado pela estrutura toda; (c) esta, se assumir ou modificar o próprio «estado», afecta os seus elementos, assumindo cada um deles um dado estado ou sofrendo uma modificação de estado; e (d) todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura (MELLA, 1997: 25). Infere-se, assim, que toda a estrutura é, simultaneamente, estruturada (o seu estado deriva dos elementos integrantes) e estruturante (o seu estado condiciona o dos elementos). E importa notar que estrutura e sistema sem coincidirem correspondem a uma concepção analítica e a uma síntese na observação dos elementos interrelacionados. Assim, um sistema pode ser definido enquanto estrutura (concepção analítica) observada como uma unidade duravelmente caracterizada pelo próprio estado e com significado autónomo (concepção sintética). Não sendo uma estrutura, o sistema pressupõe, possui ou integra uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Um sistema não existe na realidade mas é definido como tal por qualquer observador que dê significado aos estados (ou situações) assumidos por uma estrutura (MELLA, 1997: 26). Nesta perspectiva, a noção operatória proposta fundamenta-se numa concepção holística do mundo, irreduzível a tendências ou escolas nomeadamente a estruturalista, apesar das óbvias afinidades desta com o pensamento sistémico, e aplica-se a uma gama diversa de objectos cognoscíveis, máquinas, organizações, seres vivos, etc. Ainda segundo Piero Mella deve adoptar-se a seguinte classificação: um sistema formado por outros sistemas é um *supersistema*; um sistema que se individualiza no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial ou subsistema*; e quando o sistema e o ambiente se interpenetram temos o macrosistema «ambiente» em sentido amplo. E para se determinar essa interpenetração convém ter em conta que individualizar um sistema consiste em especificar-lhe os limites, ou seja, definir o que pertence à estrutura e o que lhe é estranho, de onde se conclui que o que estiver fora do sistema é o seu ambiente externo, contraposto ao ambiente interno configurado pela estrutura (MELLA, 1997: 30). Para concluir esta sinopse, é oportuno referir ainda que os sistemas se distribuem por duas grandes classes: os organizados ou operatórios e os não organizados ou combinatórios (SILVA; RIBEIRO, 2002: 101-103), compreendem

aqueles uma estrutura formada por órgãos (o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.) e estes uma estrutura gerada por elementos análogos pelos quais não se reconhecem relações organizativas (os fluidos, a população, etc.). Na classe dos organizados ou operatórios podemos deparar com várias sub-classes: os *sistemas dinâmicos* e respectivo processo interactivo; os *fechados* e os *abertos*; os *naturais* e *artificiais*; as *redes modulares*; os *autopoiéticos*; o *sistema geral*; e os *cognitivos conscientes* (sobre cada uma delas ver SILVA; RIBEIRO, 2002: 97-101).

**Sistema de Informação** – Expressão cada vez mais em uso e sujeita a ambiguidades semânticas. Para evitar equívocos importa distinguir o SI, conceito operatório crucial em Ciência da Informação, do Sistema Tecnológico de Informação ou Informático, em verbete a seguir. Tendo em conta a sinopse relativa ao conceito de Sistema, um Sistema de Informação é uma totalidade formada pela interacção dinâmica das partes, ou seja, possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um Sistema da Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela acção na linha do tempo. A estrutura de um SI é um aspecto complexo porque ela é paradoxalmente autónoma e indissolúvel da informação propriamente dita: o sujeito de acção (seja pessoa ou instituição) que produz e recebe fluxo informacional é distinto deste, mas é essencial para que este exista. A identificação da estrutura torna-se um momento decisivo para podermos fixar os contornos precisos de um SI e isso é feito, em Ciência da Informação através do pólo técnico do Método Quadripolar, mais precisamente através das operações *Observação* e *Análise orgânico-funcional*. E é preciso não esquecer que a estrutura de um SI é ou pode ser concebida ela própria como um Sistema distinto. Um exemplo: uma empresa gera (produz, recebe e acumula) informação ao longo do tempo, o que significa que alimenta a existência de um SI, cuja estrutura é a dita empresa (com a sua organização interna e agentes ou funcionários), que, por sua parte, constitui um ou mais sistemas específicos. Os autores da área da Gestão tendem a ver distintos sistemas numa empresa: o sistema de gestão; o sistema dos recursos humanos; o sistema de informação; o sistema tecnológico, etc. Mas esta duplicidade da estrutura não causa qualquer confusão se bem percebida: quando o enfoque se centra na informação sistemicamente concebida, pensada e estudada a respectiva estrutura pode noutras abordagens corresponder a um sistema mas no SI é e mantém-se estavelmente como estrutura. E muito menos deve haver confusão se estivermos a falar de um Arquivo ou de uma Biblioteca: um e outro ou são Serviços e Instituições e nesta medida podem ser vistos como sistema; ou são um SI, que corresponde a toda a Informação produzida/recebida ou incorporada no Sistema Arquivo ou no Sistema Biblioteca. Por último, um SI será orgânico ou operatório sempre que é possível identificar e descrever os elementos constitutivos da estrutura. Um SI combinatório configura-se possível e útil em comportamento informacional, mesclando-se com a noção de contexto efémero ou a de situação informacional.

Ver: Ciência da Informação e Sistema.

**Sociedade Pós-industrial, da Informação, em Rede, Bit ou do Conhecimento** – Os mentores e sequazes da escola historiográfica francesa dos Annales, surgida no primeiro quartel de novecentos, introduziram e trabalharam os conceitos de estrutura e de conjuntura para melhor lidarem com a dimensão tempo na dimensão espaço combinando a curta com a longa duração, os acontecimentos de diversa ordem e os elementos de base económica, política, social, ideológica, cultural e religiosa que perduram de forma multissecular até se operar uma efectiva transformação estrutural no processo histórico. A teia de acontecimentos marcantes

numa área geográfica do globo terrestre ou de um pequeno país corresponde, pois, a uma conjuntura cujas balizas histórico-cronológicas não são facilmente fixáveis. No que respeita ao agora em que estamos parece ser mais perceptível o dealbar de uma nova Era ou Época que a determinação fiável de conjunturas de âmbito mais alargado (no Mundo dito ocidental), sendo óbvio que em cada país a sequência e natureza conjuntural é própria e distinta, inclusivé, da de países vizinhos ou próximos. Não obstante a dificuldade de periodizar conjunturalmente o processo histórico do pós-1945, a ajuda dos sociólogos e de ensaístas pode ser preciosa a par de sinopses históricas multifactoriais. Vale, por isso, a pena trazer à colação Daniel Bell com a caracterização que fez da sociedade pós-industrial, datável no «arco» Europa ocidental e América do Norte, entre as décadas de cinquenta e oitenta, a saber: (a) sector económico: a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços; (b) distribuição ocupacional a preeminência da classe profissional e técnica; (c) princípio axial: a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade; (d) orientação futura: o controlo da tecnologia e a distribuição tecnológica; (e) tomada de decisões: a criação de uma nova «tecnologia intelectual (BELL, 1977: 25). A estes traços constitutivos importa acrescentar a bipolaridade e o regime de «guerra fria» que implodiu com o fim da URSS, a queda do «muro de Berlim», a reunificação alemã e a dissolução do Pacto de Varsóvia, bem como do comunismo nos países da Europa de Leste. De 1989 em diante nova conjuntura se forma marcada por uma potência hegemónica - os Estados Unidos da América - convertido em «polícia do Mundo», pela emergência de ameaças ou riscos difíceis de combater e superar como os acidentes nucleares (Chernobyl em 1986), a poluição do planeta (o «buraco de ozono», a desmatção da Amazónia, etc.) e o terrorismo (que tem no atentado de 11 de Setembro de 2001 o alerta máximo para a sua existência e efeito reprodutivo), pela globalização económica e pela disseminação do dispositivo tecnológico - as Tecnologias da Informação e Comunicação, TIC -, bem como do seu uso massificado e transversal a um número sempre crescente de sectores e de actividades. Parece-nos que as expressões que melhor se ajustam a esta conjuntura são as de Sociedade de Informação, em Rede (CASTELLS, 2002-2003) ou ainda a Sociedade do Risco, proposta pelo sociólogo alemão Ulrich Beck (BECK, 2003). A Sociedade *Bit* e a Sociedade do Conhecimento associadas à construção de um futuro de equilíbrios e de potencialidades positivas pouco têm de operatório e caracterizador do conjuntural histórico e inserem-se, antes, num discurso ideológico permeável ao optimismo inerente às «leituras» humanistas e benévolas da Tecno-utopia. Isto mesmo se depreende do extracto seguinte: *O deslumbramento pela capacidade tecnológica não deixou perceber que a Sociedade da Informação, a Sociedade Quantitativa, era o arauto de outra figura social global: a Sociedade Bit. A Sociedade Bit é a antecâmara da Sociedade do Conhecimento por via, não do desencanto nas tecnologias mas através do seu uso equilibrado e sustentado. A Sociedade Bit é o local onde se posicionam os que consideram a Sociedade da Informação um meio e não um fim, os que afirmam que a Sociedade do Conhecimento é a próxima meta. A Sociedade Bit tem as coordenadas da preocupação em usar as Máquinas e as Tecnologias, as Técnicas e todos os instrumentos disponíveis ao nosso alcance mas com o objectivo de melhor conhecer a realidade que nos envolve - e não só a que está à nossa frente - com o alvo centrado na Sociedade do Conhecimento* (ALMEIDA, 2004: 231).

Ver: Era da Informação.